

BARBÁRIE, ENSINO E HISTORIOGRAFIA*

Maria de Lourdes Monaco Janotti**

Theodor Adorno desenvolveu a teoria da barbárie sob o impacto dos dramáticos acontecimentos decorrentes da 2ª Guerra mundial que se estenderam pelo período da guerra fria transformando profundamente as relações político - sociais a partir dos anos 60. Em palestra pronunciada em 21 de maio de 1965 afirmava:

A minha geração vivenciou o retrocesso da humanidade à barbárie, em seu sentido literal, indescritível e verdadeiro. Esta é uma situação em que se revela o fracasso de todas aquelas configurações para as quais vale a escola. Enquanto a sociedade gerar a barbárie a partir de si mesma, a escola tem apenas condições mínimas de resistir a isto. Mas se a barbárie é justamente o contrário da formação cultural, então a desbarbarização das pessoas individualmente é muito importante. A desbarbarização da humanidade é o pressuposto imediato da sobrevivência. Este deve ser o objetivo da escola, por mais restritos que sejam seu alcance e suas possibilidades. Para isto ela precisa libertar-se dos tabus, sob cuja pressão se reproduz a barbárie.³⁰

Não era apenas a violência explícita dos artefatos atômicos, os campos de extermínio, a repressão aos movimentos de esquerda e de libertação ocorridos na África, Ásia e América do Sul que impeliam o filósofo ao pessimismo mas, também, a indústria cultural e o

* Texto apresentado na mesa-redonda "Historiografia e Ensino de História", da qual participaram a Profa. Dra. Ismênia Rodrigues (UFF) e a Profa Ms. Margarida Maria Dias de Oliveira.

** Profa. do Departamento de História/USP.

³⁰ ADORNO, W. Theodor. "Tabus acerca do magistério." (palestra realizada em 21/5/65). In Educação e emancipação. Trad. de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.117.

materialismo da sociedade de consumo dirigidos pelo capitalismo internacional.

Hoje, mais do que nunca, suas palavras têm enorme atualidade, legitimadas pela insana avidez do sistema financeiro mundial, pela política externa agressiva dos países detentores do grande capital e pela intolerância das diferenças étnico - culturais, elementos esses geradores dos terrorismos de esquerda e de direita cujas múltiplas vítimas encontram-se entre os países de economia frágil, as populações miseráveis assustadoramente crescentes no planeta, os grupos marginalizados sem perspectivas de sobrevivência e os civis mortos em atentados imprevisíveis. Enfatiza o autor sua definição:

Como barbárie não me refiro aos Beatles, embora o culto aos mesmos faça parte dela, mas sim ao extremismo: o preconceito delirante, a opressão, o genocídio e a tortura. Na situação mundial vigente, em que ao menos por hora não se vislumbram outras possibilidades mais abrangentes, é preciso contrapor-se à barbárie principalmente na escola.³¹

Embora os problemas que tanto afetaram sua reflexão fossem bem típicos da Europa e dos Estados Unidos, nas décadas subseqüentes estenderam-se para grande parte dos países sob a influência da mais refinada forma de domínio do capital intitulada de globalização.

Contraditoriamente, a crise dos valores culturais e morais, o presenteísmo vinculado à fruição dos bens individuais, a descrença nas ideologias e na solidariedade, o nivelamento estético e as distorções das mídias vieram acompanhadas pelo aumento da perspectiva de vida nas chamadas sociedades do bem-estar e pelas inovações tecnológicas e científicas. Vive-se o fim das vanguardas no qual os movimentos artísticos de protesto são absorvidos pelo consumo. Tudo é apenas o que parece ser, a essência é transmutada em mercadoria.

Convive-se com o horror sem senti-lo, os genocídios ocupam poucos segundos entre os noticiários programados para não deprimir os espectadores. Os técnicos da comunicação detêm-se ou não em determinadas matérias, selecionadas segundo critérios determinados

³¹ Op. cit. p.117.

por grupos de interesses político-econômicos. Vende-se o desastre como se vende a felicidade pela obtenção de prazeres fugazes. O passado, outrora drama angustiante, é metamorfoseado em espetáculo banal, reapresentado à exaustão por documentários facciosos pontuados pelo suspense. As poucas imagens que dele se possui são montadas e remontadas seguindo roteiros diferentes, acompanhados de narrações explicativas cujo teor oblitera a manifestação das consciências. Não há espaço para o dilema moral, para a expiação e para a liberdade de pensamento.

O fim das ditaduras na América Latina, incluindo a do Brasil, não correspondeu ao aumento da exploração dos recursos materiais e do parque industrial, nem à acumulação de capital que se esvaiu nas especulações financeiras e no pagamento da dívida externa avolumada anualmente por juros extorsivos. Agravaram-se a injusta distribuição da renda e a oferta de empregos na medida em que se fez mais presente a condução da política interna segundo orientações do Fundo Monetário Internacional.

Esse quadro pessimista, como tudo na História, não é absoluto. Atendo-se à situação brasileira, desde os anos 80 surgiram várias frentes de resistência concretizadas em movimentos sociais diversos visando corrigir, ou amenizar algumas dessas situações - limite. Travam-se combates entre os setores conservadores do governo e da sociedade e organizações voltadas para as reivindicações da população de baixa renda.

A integração hoje tão almejada do Brasil no mundo globalizado e capitalista da ordem neo-liberal contém em si um grande paradoxo: a apropriação do discurso modernizador por classes conservadoras que se vêem como delegadas do poder do Estado. Por essas razões essas classes têm reações violentas contra qualquer modificação que implique em perda de seus privilégios. O seu discurso liberal e nacionalista sempre se aproximou do mais arraigado conservadorismo. O esforço de movimentos sociais dos despossuídos em prol de terra, de moradia, de instrução, de saúde e de trabalho atesta dramaticamente a lentidão com que esses direitos são reconhecidos, quando o são. E, do reconhecimento da justiça dessas reivindicações ao seu atendimento há um longo percurso, em muitos casos pontilhado por prisões, seqüestros e assassinatos impunes.

Devemos admitir que um sentido maior orienta nossa prática no rumo da sociedade democrática e que este dificilmente se realizará

se abandonarmos o estudo do passado público e da história dos oprimidos.

Não resta dúvida que a história do ensino no Brasil é um campo vasto para o estudo de conflitos político-sociais que transparecem, claramente, nas contradições entre as diferentes legislações traçadas pelo poder instituído e o cotidiano da escola.

As diversidades de recursos humanos e econômicos no Brasil foram responsáveis pelo abandono de uma concepção administrativo-pedagógica aplicável nacionalmente, esperança dos educadores dos anos 60 e de muitos de nós. Anísio Teixeira, Geraldo Bastos Silva e Jayme Abreu acreditavam que para superação do atraso e pobreza do país o Estado deveria decididamente empenhar-se na disseminação da escola pública de qualidade, a única capaz de realizar o desenvolvimento.

O modelo econômico da **ditadura militar** jogou amplos setores sociais diante da necessidade de buscarem na escola uma possibilidade de ascensão social. Ao governo, interessado em manter a “paz social”, cabia atender esse maior contingente sem aumentar as despesas com o ensino. A saída foi racionalizar os serviços escolares, isto é, superutilizar a rede física já existente e controlar estudantes e professores aplicando medidas “pedagógico - policiais”, fortemente restritivas.

O fechamento progressivo da vida política pós-64 acabou atuando como causa principal para o estancamento de práticas inovadoras de escolas experimentais, sob argumento de seu alcance restrito para serem aplicadas à expansão da rede escolar, equivocadamente associada à perda da qualidade do ensino.

Quando a escola foi obrigada a receber maior número de alunos e os professores denunciaram a queda de qualidade do ensino, tendo a administração os considerado despreparados e ressentidos. O argumento de defesa da qualidade foi assim desqualificado - podia ser facilmente remetido à perda de antigos privilégios.

A crise do sistema de ensino brasileiro, instaurada a partir dos anos 70, vem corroendo, simultaneamente, a identidade profissional dos professores e a aplicação de padrões de qualidade no ensino. Atualmente, pesquisas estão sendo desenvolvidas no sentido de

aumentar a compreensão das diferentes determinações históricas que influenciaram no colapso do sistema educacional.³²

Os últimos projetos em tramitação, objeto de discussões nas associações, nos encontros acadêmicos e nas escolas, estão longe de conseguir unanimidade quanto a sua forma e conteúdo. Mas, embora dividido o magistério vem reagindo às determinações oficiais que, na maioria das vezes, não brotam do seu campo específico de atuação. Já existe significativa bibliografia sobre as mais recentes reformas do ensino, valendo mencionar o volume publicado pelo Núcleo Regional da Paraíba da ANPUH, intitulado *Contra o Consenso*,³³ cujos autores se preocupam em informar e debater os problemas mais candentes concernentes sobre esta temática.

No entanto, a meio de tantas condições físico - materiais e culturais adversas projetam-se e multiplicam-se experiências emancipadoras na escola pública, apoiadas principalmente na capacidade de educadores em fazer de suas limitações desafios para a criatividade.

Este é o caso do Centro Estadual Experimental de Ensino e Aprendizagem Sesquicentenário, em João Pessoa, escola pública que muito se assemelha em seu planejamento didático - pedagógico e treinamento de professores aos colégios experimentais dos anos 60.³⁴ Iniciativas semelhantes multiplicam-se, ainda timidamente, em todo o país, realizando em parte o que Adorno preconizava para a educação:

O pathos da escola hoje, a sua seriedade moral, está em que, no âmbito do existente, somente ela pode apontar para a desbarbarização da humanidade, na medida em que se conscientiza disto. (...)Por isto, apesar de todos os argumentos em contrário no plano das teorias

³² JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco; SOUZA, Maria Cecília; CORTEZ; Christiano de. "O Colégio de Aplicação da Universidade de São Paulo: anos 50 e 60". In Simson, Olga Rodrigues de Moraes von (org.) *Os desafios contemporâneos da História Oral* - 1996. Campinas: Centro de Memória - UNICAMP, 1997, pp. 267.

³³ OLIVEIRA, Margarida Dias de; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; NEVES, Joana e FERNANDES, Manoel. *Contra o consenso*. LDB, DCN, PCN e reformas do ensino. João Pessoa: ANPUH/PB, Sal e Terra, 2000.

³⁴ "A partir dos fins de 1992, em decorrência de uma articulação de pais de classe média, criou-se a Cooperativa de Ensino de João Pessoa que, mediante convênio com a Secretaria Estadual de Educação e Cultura, assumiu a referida Escola, tendo sido feito um acordo no sentido de que 60% das vagas seriam destinadas a carentes e 40%, a filhos de pais cooperativados. As taxas pagas à Cooperativa seriam socializadas para a Escola". SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Capacitação em serviço para professores de História* - articulação entre teoria e prática. Comunicação apresentada no 28º Simpósio Nacional da ANPUH, Niterói: julho de 2001.

*sociais, é tão importante do ponto de vista da sociedade que a escola cumpra sua função, ajudando que se conscientize do pesado legado de representações que carrega consigo.*³⁵

Admitindo-se que a questão da desbarbarização pelo ensino é vital, torna-se imperativo os professores planejarem sua tática de ação. Para que o primeiro movimento seja harmoniosamente executado, devem poder contar com o apoio de uma produção científica consistente, voltada para a sensibilização das consciências, que favoreça também a adoção de posturas comportamentais renovadoras e emancipadoras. Se devido à natureza de algumas disciplinas, principalmente as ciências exatas e teóricas, a direção quase única é a adoção de práticas didático - pedagógicas voltadas para os trabalhos em grupo que desenvolvem a tolerância e a cooperação, o mesmo não se dá no campo da História que dispõe de pluralidade de recursos consolidados em práticas, técnicas e volumosa bibliografia voltadas para o estudo da opressão em todas as suas formas de manifestação.

Instrumental valioso é oferecidos pela historiografia que se dedica ao estudo do tempo presente utilizando-se de fontes orais. As expressões história oral e história do tempo presente estão sendo abandonadas por autores como Mercedes Vilanova³⁶ e René Rémond³⁷ por terem sido cunhadas na década de setenta, quando apareciam como perturbadoras inovações e necessitavam obter o reconhecimento da comunidade acadêmica.

Passados mais de trinta anos, frente a expansão temática e metodológica do campo histórico, Vilanova preconiza uma História sem adjetivos – nem oral, nem presente - que imperiosamente deve recorrer a fontes orais para construir a memória da atualidade, não descartando dados, imagens e textos. Cada vez mais a construção memória apresenta-se como resistência à mudanças não desejadas, ou como alternativa às versões dominantes.³⁸

Já não são tão frequentes os debates sobre o caráter subjetivo das fontes orais e a maneira de entrevistar e transcrever os

³⁵ Op. Cit. p. 117.

³⁶ VILANOVA, Mercedes. "La historia sin adjetivos com fuentes orales y la historia del presente". In *História Oral*. São Paulo: Revista da Associação Brasileira de História Oral, n. 1, jun. 1998, pp. 31-42.

³⁷ RÉMOND, René. "Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução". Ferreira, Marieta de Moraes e Amado, Janaina (orgs.) *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp. 203-9.

³⁸ Op. Cit. p. 31.

depoimentos, mesmo porque sempre faltarão a força da imagem e da personalidade do entrevistado que ao falar se comunica por gestos e expressões. Como em qualquer trabalho historiográfico, o fundamental é interpretar o conjunto de fontes disponíveis sejam elas qualitativas ou quantitativas. Convém, contudo, lembrar que as fontes orais enriquecem as possibilidades interpretativas nelas introduzindo as perspectivas do sujeito – testemunha e oferecendo ao leitor maiores elementos de avaliação:

*Devemos ouvir as fontes orais em estéreo, como a música, com registros diferentes para cada ouvido. Por um lado ouvimos o que nos dizem e por outro o que não nos dizem porque não o querem compartilhar, porque não o sabem dizer, ou porque não o sabemos perguntar.*³⁹

A historiografia do tempo presente ao abordar eventos de grande abrangência precisa também auscultar o que dizem os depoimentos orais, principalmente os provenientes das camadas sociais mais desprovidas de meios de se fazer ouvir, mesmo porque está cônica de que somente os documentos escritos não são suficientes. René Rémond,⁴⁰ mesmo reconhecendo essa necessidade, não deixa, no entanto de advertir: há que se estender o método histórico à crítica dos depoimentos.

Este não é um ponto pacífico e tampouco neutro porque não existe concordância entre os “oralistas” no tratamento a ser empregado frente à entrevista escrita. Os tradicionalistas respeitam a integridade do que foi falado em seu contexto absoluto, para estes não haveria problemas em acatar as recomendações de Rémond, porque às têm como normas próprias. Entretanto, os inovadores, entre outras práticas, retocam várias vezes a transcrição final, muitas vezes conjuntamente com o entrevistado, obtendo um texto de autoria dupla. Neste último caso não parece ser possível haver muitos pontos em comum com procedimentos metodológicos da crítica histórica. Outro aspecto a ser considerado é o caráter interdisciplinar que a história oral teve desde o início. Há os pesquisadores, coloco-me entre eles, que conservaram rigorosamente os parâmetros de seu campo de especialidade, baseando-se sempre em fontes múltiplas, contudo

³⁹ Op. Cit. p. 36.

⁴⁰ Op. Cit. p. 203.

muitos fizeram do depoimento não apenas fonte, mas o objeto exclusivo de seu trabalho.

Não será fácil para a história oral abandonar um campo que nasceu da idéia de complementaridade entre as disciplinas humanas. São comuns as publicações que reúnem historiadores, psicólogos, lingüistas, sociólogos e educadores com o objetivos de desenvolver análises conjuntas sobre os depoimentos, pois estes oferecem amplas e múltiplas interpretações. Apesar de produzirem as mesmas fontes estes investigadores levantam diferentes perspectivas de trabalho e de viés analítico – interpretativo.

Tanto a história oral quanto a história do presente pretendem ter denunciado diversos malefícios trazidos pela excessiva racionalização das interpretações historiográficas. Paul Thompson afirmava em 1980:

*O método de relatos de vida tem pelo menos o mérito de nos colocar frente à violência que pode existir, quando impomos nossas próprias categorias à consciência do outro. De maneira mais direta os materiais da história oral podem mostrar que nossos pressupostos são, simplesmente, falsos.*⁴¹

Além de permitir o confronto de diferentes versões, as reminiscências redimensionam a clássica questão do papel que deve ser atribuído ao indivíduo no processo histórico. A própria técnica dos depoimentos pode ser considerada uma reação à tendência de reduzir todas explicações históricas à determinações estruturais. Corroborando com essas idéias, R. Rémond em 1996 novamente asseverava:

(...), freqüentar a história do tempo presente talvez seja uma boa preparação, o meio mais seguro de nos resguardarmos da tentação que sempre nos espreita de introduzir no relato do passado uma racionalidade que não podia estar lá. A operação indispensável de tornar inteligível não deve exercer-se em detrimento da complexidade, das situações e da ambivalência dos comportamentos. A história do tempo

⁴¹ THOMPSON Paul. "Récits de vie et changement social". *Cahiers Internationaux de Sociologie*. v. LXIX, 1980, p. 154.

*presente é um bom remédio contra a racionalização a posteriori, contra as ilusões de ótica que a distância e o afastamento podem gerar*⁴².

Trabalhos com depoimentos orais e histórias de vida concebem-se, algumas vezes, como alternativa às interpretações positivistas baseadas unicamente na análise de documentos escritos, voltadas para a totalidade. Porém há um equívoco neste raciocínio à medida que se confundem técnicas utilizadas com objetos a serem analisados. Cabem, no entanto, perfeitamente interpretações abrangentes aos depoimentos pessoais, desde que o historiador escolha como tema aspectos comuns às fontes consultadas. O maior repto da história oral reside na coadunação dos conteúdos cotidianos com categorias analíticas que permitam ampliar social ou politicamente sua abrangência, conferindo novos sentidos à história do imaginário e das representações.

As técnicas de entrevistas e a decorrente construção e análise de fontes orais, utilizadas em atividades escolares, podem ser altamente eficazes para a compreensão do objeto em estudo e, primordialmente, para atingir os objetivos mais amplos do ensino da história, entre eles o da desbarbarização.

Na prática alunos e professores poderão vivenciar as teorias de sobre o significado dos vínculos que a memória cria entre membros de um grupo social. Em livro clássico, este sociólogo desenvolve uma teoria psicossocial, pela qual o ato de lembrar não significa reviver o passado ou recuperá-lo mas reconstruí-lo, repensá-lo com imagens e idéias do presente. A impossibilidade de se recuperar o passado "*tal como foi*" liga-se diretamente à ação transformadora do tempo que modifica as pessoas em sua percepção da realidade, em sua escala de valores e em seu juízo moral; é o presente, resultado das mudanças trazidas pelos anos, que emprestará ao passado um significado próprio. Este, por sua vez interfere diretamente na avaliação e julgamento das ações presentes, conferindo-lhes novos significados quando o indivíduo dedica-se a lembrar.⁴³

A rememoração do passado, porém, obedece a parâmetros que não são determinados só pelo indivíduo mas resultam da sua integração em um grupo social que compartilha suas experiências e

⁴² Op. Cit. p. 209.

⁴³ HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Felix Alcan, 1965.

cuja existência permanente é condição básica para que a memória se efetive. Assim, embora seja o indivíduo o memorizador, as lembranças individuais só se sustentam no interior de um grupo, cuja função não se resume a um preenchimento de lacunas ou à correção de possíveis enganos da recordação solitária. É indispensável que haja entre o grupo e o memorialista uma identidade que ultrapasse os vínculos puramente afetivos e atinja um teor ideológico. Havendo essa identidade, a rememoração do passado se opera a partir de dados e de noções comuns aos membros do grupo, fazendo com que a memória individual seja também coletiva.

Mas, se por um lado, nesse processo de recriação coletiva incorporamos como nossas as lembranças de outros, a desagregação do grupo significa a perda do passado, o seu esquecimento; se recordar é obra coletiva, esquecer é fruto do isolamento, da fragmentação, do distanciamento, da ruptura daqueles vínculos que orientavam a elaboração memorialística do grupo.

Levando em conta essas premissas, diversas reflexões sobre tolerância, solidariedade, respeito pela diversidade e constatação da fragilidade da condição humana acompanham necessariamente o exercício de ouvir e interpretar conservando-se fiel à verdade do interlocutor.

Tarefa mais complexa, raramente atingível em toda sua plenitude pela análise escolar das entrevistas, seria reconhecer a impossibilidade de resgatar plenamente o passado. Como observa Claude Lefort, é ilusão imaginar que existe um passado fixo a espera de alguém que o resgate, isento de paixões. Não é a distância adquirida em relação ao passado que pode conferir à experiência antiga a positividade de que estava privada quando era presente. Portanto, o conhecimento do passado se impõe ao historiador como resposta ao desenvolvimento do presente, na prática e no discurso social aqui e agora, objetivando discernir pelo trabalho de interpretação o vazio “aqui e acolá” camuflado na plenitude das representações e surpreender seu conteúdo oculto.⁴⁴

De toda maneira a produção de reminiscências confrontará alunos e professores com um conjunto de representações pouco explorado. As versões dos depoentes propiciarão questionamentos das vertentes explicativas que adotam modelos redutores das contradições,

⁴⁴ LEFORT, Claude. *As formas da História*. Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes e Marilena de Souza Chaui. São Paulo: Brasiliense, 1979, pp. 256-78.

racionalizadores das incoerências e transformadores da pluralidade numa unicidade lógica do real. Ainda mais, possuem uma dimensão política que se opõe à teia do discurso do poder, que homogeniza e encadeia os fatos, ignorando ou minimizando indefinições, insucessos e divergências.

É desejável que se opte por entrevistas nas quais o entrevistado é livre para lembrar. Sendo assim, parece pouco satisfatória a adoção de um questionário aplicável a todas as pessoas envolvidas. Este grau de diretividade tornaria impossível a apreensão do universo e das preocupações dos informantes e acabaria por impor questões e problemáticas a eles estranhas, mais ligadas ao universo dos pesquisadores. Sem dúvida, as entrevistas participativas, onde o entrevistador e o entrevistado desenvolvem um relacionamento baseado no respeito, franqueza e confiança obtêm resultados muito mais satisfatórios.

Os historiadores que se preocupam com fontes orais podem desempenhar um papel ímpar e central nas questões atinentes à memória e à história, precisamente porque, em seu aspecto mais positivo, o relacionamento da história oral facilita a rememoração dinâmica e a interação de “historiadores” e “comunidades”, de “discurso histórico” e “memória coletiva”,⁴⁵ o mesmo podendo-se afirmar sobre os professores em atividade na sala de aula. Nesse processo criativo ele será capaz de identificar a carga subjetiva que impregna determinados momentos da História, conferindo-lhes alternâncias de duração na memória, como pensa Claude Lefort. Nestes momentos é possível perceber, no passado,

*...os germens de uma outra história, capaz de levar em consideração os sofrimentos acumulados e de dar uma nova face às esperanças frustradas, fundando um outro conceito de tempo, o tempo de agora.*⁴⁶

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

⁴⁵ THOMSON, Alistar, FRISCH, Michael e HAMILTON, Paula. “Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais”. In Ferreira, Marieta de Moraes e Amado, Janaína (orgs.) Usos & abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp. 65-91.

⁴⁶ BENJAMIN, Walter. “Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura”. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, pp. 229-30.

ADORNO, W. Theodor. "Tabus acerca do magistério." (palestra realizada em 21/5/65). In **Educação e emancipação**. Trad. de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BENJAMIN, Walter. "Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura". Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

HALBWACHS Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Felix Alcan, 1965.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco; SOUZA, Maria Cecília; CORTEZ; Christiano de. "O Colégio de Aplicação da Universidade de São Paulo: anos 50 e 60". In Simson, Olga Rodrigues de Moraes von (org.) **Os desafios contemporâneos da História Oral** - 1996. Campinas: Centro de Memória - UNICAMP, 1997.

LEFORT, Claude. **As formas da História**. Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes e Marilena de Souza Chauí. São Paulo: Brasiliense, 1979, pp. 256-78.

OLIVEIRA, Margarida Dias de; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy ; NEVES, Joana e FERNANDES, Manoel. **Contra o Consenso**. LDB, DCN, PCN e reformas do ensino. João Pessoa: ANPUH/PB, Sal e Terra, 2000.

RÉMOND, René. "Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução". Ferreira, Marieta de Moraes e Amado, Janaína (orgs.) **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Capacitação em serviço para professores de História** – articulação entre teoria e prática. Comunicação apresentada no 28º Simpósio Nacional da ANPUH, Niterói: julho de 2001.

THOMPSON, Paul. *Récits de vie et changement Social*. **Cahiers Internationaux de Sociologie**. v. LXIX, 1980, p. 154.

THOMSON, Alistar, FRISCH, Michael e HAMILTON, Paula. "Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais". In Ferreira, MORAES, Marieta de e AMADO, Janaína (orgs.) **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp. 65-91.

VILANOVA, Mercedes. "La historia sin adjetivos com fuentes orales y la historia del presente". In **História Oral**. São Paulo: Revista da Associação Brasileira de História Oral, n. 1, jun. 1998, pp. 31-42.